
Os cargos do paço Imperial e a Corte no Segundo Reinado

*Patrícia Falco Genovez**

Resumo: O objetivo, com o presente artigo é propor uma perspectiva mais ampla no sentido de avaliar a sociedade do Segundo Reinado, não apenas por meio das redes clientelares, que efetivamente formaram, mas percebendo outras estratégias de hierarquização dessa mesma sociedade; estratégias que também foram informadas pela tradição e pela honra, cujas raízes remontam à tradição ibérica.

Abstract: The aim of the present article is to propose a wider perspective so as to evaluate society in the Second Reign (Segundo Reinado), not only through nets, which customers effectively formed, but by perceiving other strategies of placing people from this society in a hierarchy. These strategies were also informed by tradition and honor, which roots go back to the Iberian tradition.

Palavras-chave: Hierarquização social, raiz ibérica, Segundo Reinado.

Key words: Social placement in hierarchy, Iberian root, Second Reign.

Nosso objetivo, com o presente artigo é propor uma perspectiva mais ampla, no sentido de avaliar a sociedade do Segundo Reinado, não apenas por meio das redes clientelares, que efetivamente formaram, mas percebendo outras estratégias de hierarquização dessa mesma sociedade; estratégias que também foram informadas pela tradição e pela honra, cujas raízes remontam à tradição ibérica da época da Reconquista, onde a Coroa concedia cargos administrativos e militares como recompensa por serviços prestados ao Estado luso (Fragoso; Gouvêa; Bicalho, 2000). Além disso, uma visão restrita da circulação de poder, via redes clientelares, impede uma análise de outros recantos do sistema onde a exteriorização, por meio dos modos de ver, pensar e agir, encontra-se intrinsecamente relacionada ao governo de si mesma e à teoria das virtudes. Eram, sem dúvida, essas fontes da disciplina social que condicionavam as representações e as práticas sociais (Xavier; Hespanha, 1993, p. 381-394).

* Doutoranda em História Moderna e Contemporânea pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Parece que a hierarquização social é um importante elemento e, nesse sentido, pode-se pensar numa sociedade que se aproxime mais da visão de Faoro (1988, p. 15-33),¹ contudo, apresentando espaços de tensão bem-marcados no que se refere à manutenção de cada posição social. Por outro lado, mesmo percebendo uma diferenciação quanto à origem dos titulados, não se pode deixar de pensar que havia uma dinâmica específica marcada pelo favor e pelas influências, que não permitia que esses dois setores caminhassem de maneira tão independente, como sugere Eul-Soon Pang (1988, p. 48). Essa visão de sociedade, que se propõe, pode ser percebida, também, em razão de algumas noções correntes no Segundo Reinado, e que mostram que essa sociedade está em movimento constante de acomodações e tensões.

É sob esse prisma que se propõe seja observada a sociedade do Segundo Reinado, compreendendo-a a partir da moral ibérica, fundada no tomismo e nos rigores da cristandade ocidental. É por essa perspectiva, e não apenas pelo viés econômico, que se deve compreender as diferenciações entre os nobres: aqueles provenientes da classe comercial e aqueles que possuíam toda uma tradição familiar, ou seja, um nome já reconhecido e estimado por todos (Pang, 1988, p. 179-46).² Além disso, é importante perceber o *serviço de corte* como atividades rituais capazes de organizar o tempo coletivo diferenciando-se do *serviço cotidiano*, dentro do microcosmo social. Essa visão permite traçar uma articulação dos variados aspectos da ação dos cortesãos, sejam eles jurídicos, burocráticos, financeiros e, evidentemente, rituais. São esses ritos, baseados numa etiqueta característica aos homens de Corte, que ordenam a vivência coletiva (Gomes, 1995, p. 295). Precisa-se ir além e perceber que a necessidade de se distinguir torna-se um ideal. É a partir desse ideal, quer de forma consciente ou não, que o indivíduo se coloca numa competição constante que se torna fundamental para seu orgulho e para seu respeito próprio. Essa necessidade não pode ser vista como parte da natureza de cada indivíduo. É algo que se desenvolveu nela através da aprendizagem social (Elias, 1987, p. 118-23).³

Uma vez de posse de alguns referenciais que mapearam a visão de mundo da sociedade do Segundo Reinado, pode-se aguçar o foco da lente e aproximar-se mais das pessoas que efetivamente transitavam pela Corte e pela Casa Imperial. Essas pessoas, em certo sentido, tanto reproduziram o cerimonial português quanto propuseram rupturas que atendiam às necessidades de seu tempo, evidentemente que não podem ser pensadas como agentes absolutamente conscientes dessas mudanças, mas, de alguma forma, elas refletiram e reforçaram as novas circunstâncias da segunda metade do século XIX.

Essa tensão entre a permanência e a mudança fica patente, logo de início, na extinção de alguns cargos característicos do cerimonial português: Adail-mor, Alfaqueque-mor ou Provedor da redenção dos cativos, Capitão-mor do Reino, Cevadeiro-mor, Fronteiro-mor e Pagem-mor (Rodrigues, 1950, p. 28).⁴ Outros cargos foram extintos a partir do final da década de 40: Sumilher da cortina (1848); Capitão da imperial guarda de arqueiros (1854); Armeiro-mor (1852); Vedor (1852); Gentil-homem da imperial câmara honorário (1860); Condecorados com honras de capitão da imperial guarda de arqueiros (1862); Esmoler-mor (1868); Estribeiro-mor (1870); Reposteiro-mor (1870); Confessor de SS. AA. II (1872) e Vice-capelão-mor (1876). Contudo, alguns foram criados: Ajudante de Campo de S. M. o Imperador (1848); Gentil-homem da imperial câmara honorário (1850); Vice-capelão-mor (1864); Confessor de SS. AA. II. (1862) (Laemmert, 1844-1889).⁵

A dinâmica desses cargos, no Segundo Reinado, ou seja, a nomeação e/ou a destituição de funcionários que atendiam às necessidades imediatas do Imperador, também se colocava dentro da arquitetura de poderes formais e informais e dependia do arbítrio imperial, seguindo os mesmos moldes do império português,⁶ e que, num primeiro momento, tem a necessidade de exibir as rupturas em relação à Corte já existente. Essas rupturas se tornam evidentes, no caso específico de alguns cargos, com a destituição de alguns serviçais, logo após a coroação de Pedro II. Contudo, todos eles são renomeados para seus respectivos cargos poucos anos mais tarde.⁷ Para além de uma demarcação de diferenças em relação à Corte anterior à coroação, essa dinâmica abre espaço para uma ação pedagógica, onde a destituição pode se tornar uma arma poderosa de negociação de obediência e fidelidade ao Imperador. Ela mostra, mesmo que apenas na teoria, que o Imperador pode alterar sua Corte; a possibilidade, portanto, existe e é palpável. Contudo, na prática, o que se depreende, pelo menos entre os titulares, é que uma vez nomeado e, evidentemente, apresentando um comportamento adequado ao cargo ocupado, o serviçal o exerce de modo vitalício (Laemmert, 1844-1889).⁸ Logo adiante, será trabalhada de maneira mais detalhada a questão da circularidade desses cargos em cada década do Segundo Reinado.

Mas antes, é importante ter uma visão de conjunto da estrutura dos cargos existentes durante o período supracitado, conforme a Figura 1, incluindo aqueles que foram extintos e criados. Toda a estrutura mostra a necessidade de aprimorar e reforçar as hierarquias sociais, instituindo atribuições específicas e escopo de atuação bem-marcado para cada um dos cargos apresentados. Nesse sentido, volta-se às várias reedições das *Ordenações* que pretendiam, por meio do tratamento adequado, evitar confusão e desrespeito entre as pessoas.

É evidente que um estudo aprofundado dos vários nomes que compunham a Corte Imperial, incluindo homens e mulheres, seria de grande relevância. Contudo, tendo em vista o fato de que a pesquisa ainda se encontra em andamento,

apresentar-se-á, apenas, um estudo compreendendo os seguintes cargos: Gentis-homens da imperial câmara; Gentis-homens da imperial câmara honorários; Ajudantes de campo de sua Majestade o Imperador; Veadores (incluindo os Veadores honorários); Oficiais-mores: Mordomo-mor; Estribeiro-mor; Armeiro; Sumilher da cortina; Vedor; Reposteiro-mor; Capelão-mor; Esmoler-mor; condecorados com as honras de Oficiais-mores; Confessor de SS. MM. II e Confessor de SS. AA. II.

É importante frisar que cada uma dessas nomeações referia-se a uma atribuição específica. Algumas delas foram definidas pelo já citado José W. Rodrigues, que remontou suas origens aos ofícios dos reis fundadores da Casa de Portugal, e, em especial, da Casa de Bragança. A partir das indicações de Vilasboas Sampaio, o autor descreve, dentre outras funções, as de Mordomo-mor ou Porteiro-mor; Oficial maior da Casa Real, que tinha a seu cargo a guarda das portas, com jurisdição sobre todos os porteiros da casa. Recebia ordem de Sua Majestade sobre quem devia entrar e lhe falar. Era ele quem regulava os acompanhamentos nas ocasiões em que Sua Majestade saía ou ia à capela e fazia entrar na igreja cada um no seu lugar; no Império brasileiro, passou a ter o nome de *Porteiro da Câmara* e acompanhava o monarca nas solenidades, cortejos e atos públicos. O *Camareiro-mor* ou *gentil-homem* era quem tinha jurisdição sobre outras pessoas da Câmara do Rei, vestia-o e o despia pela manhã e à noite, tendo o próprio aposento no paço para acudir com mais presteza a sua obrigação. O *Reposteiro-mor* fazia as vezes do Camareiro-mor antes que existisse; era o chefe dos Reposteiros. O *Estribeiro-mor* era o ofício do responsável pela ordem dos cavalos, coches e liteiras da Casa Real e de todo o pessoal que servia nessa ocupação. Acompanhava o rei quando este saía a cavalo, calçava-lhe as esporas e o ajudava a montar e a apeiar. O *Esmoler-mor* era o ofício daquele que dava as esmolas que Sua Majestade mandava dar pela casa. Tinha como insígnia uma bolsa de prata (Rodrigues, 1950, p. 28). Esse metal encontra-se ligado à dignidade real porque possui um significado relacionado a brilho (de acordo com o sânscrito) e ao que representa a sabedoria divina (de acordo com a simbologia cristã) (Chevalier; Gheerbrant, 1996, p. 739; Cirlot, 1984, p. 434). O *Capelão-mor*, que sempre foi uma das grandes autoridades da Casa Real, assistia a pessoa do monarca todas as vezes que este ia a alguma igreja ou à Capela Real. O *Mestre de cerimônia* foi título honorífico dado, nas solenidades da Corte, ao responsável pela boa ordem do serviço. Os *Gentis-homens da Semana* ou *Camaristas de Sua Majestade* eram os que, por semana, faziam o ofício do Camareiro-mor, servindo e acompanhando o monarca (Rodrigues, 1950, p. 28). Tinham como insígnia uma chave dourada. Além do simbolismo evidente de abertura e fechamento, a chave também estava relacionada àquilo que deve ser visto ou escondido, ao mistério a penetrar; no caso específico, à própria câmara do Imperador.

<p>CORTE IMPERIAL</p> <p>GRANDES DO IMPÉRIO</p> <ul style="list-style-type: none"> – Marqueses – Condes – Viscondes – Barões – Viúvas titulares <ul style="list-style-type: none"> • Marquesas • Condessas • Viscondessas • Baronesas <p>CAMAREIRA-MOR</p> <ul style="list-style-type: none"> – Damas em serviço – Damas sem exercício – Damas honorárias <p>GENTIS-HOMENS DA IMPERIAL CÂMARA</p> <p>GENTIS-HOMENS HONORÁRIOS</p> <p>AJUDANTES DE CAMPO DE SUA</p> <p>MAJESTADE O IMPERADOR</p> <p>VEADORES</p> <ul style="list-style-type: none"> – Veadores honorários – Oficiais-mores – Mordomo-mor – Escribeiro-mor – Armeiro – Sumilher da Cortina – Vedor – Reposteiro-mor – Capelão-mor – Esmoler-mor – Condecorados com as honras de Oficiais-mores – Confessor de SS. MM. II – Confessor de SS. AA. II. <p>CASA IMPERIAL</p> <p>VISCONDES</p> <p>BARÕES</p> <p>VIÚVAS TITULARES</p> <p>MOÇOS FIDALGOS EM EXERCÍCIO</p> <p>DONAS DA CÂMARA HONORÁRIAS</p> <p>AÇAFATA</p> <p>AÇAFATA SEM EXERCÍCIO</p> <p>GUARDAS-ROUPAS</p> <p>GUARDAS-ROUPAS HONORÁRIOS</p> <p>OFICIAIS MENORES</p> <ul style="list-style-type: none"> – Servidor de toalhas – Escribeiro-mor – Condecorados com as honras de Oficiais menores <ul style="list-style-type: none"> * Almojarife da casa das obras dos Paços * Encarregados das imperiais cozinhas e mantierias <ul style="list-style-type: none"> • Ajudante do encarregado • Moços da mantieria 	<ul style="list-style-type: none"> • Moços da prata • Varredores <ul style="list-style-type: none"> • Almojarife do imperial paço da cidade • Intendente da imperial quinta da Boa Vista • Médicos da imperial câmara • Médicos honorários • Moços da imperial câmara • Moços da imperial câmara honorários • Capelões • Cirurgiões da imperial câmara • Cirurgiões da família • Mestres de música da imperial câmara • Criados particulares • Retretas • Porteiros da casa <ul style="list-style-type: none"> – Apontador – Porteiros – Reposteiros • Advogado da casa • Bibliotecário da biblioteca particular de S. M. o Imperador • Escriurário e encarregado do arquivo • Escriurão do almojarife do paço da cidade • Escriurão da casa das obras • Escriurário • Fiel do tesoureiro • Pintor da imperial câmara • Procurador <p>REPARTIÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> – Mordomia-mor: mordomo – Escriurão dos filhamentos – Oficial da secretaria – Mordomia <ul style="list-style-type: none"> • Mordomia, guarda-jóias e porteiro da imperial câmara • Mordomo interino • Escriurão da casa imperial • Tesoureiro da casa imperial • Copa: mestre e ajudantes • Cozinha: ajudantes do encarregado, mestre, escriurário, oficiais de cozinha, ajudantes, moços, aprendizes e serventes • Ucharia: fiel e ajudante • Cavalariças e cocheiras: escriurário, agente, encarregado das cocheiras, cocheiro da pessoa, fiel dos fardamentos, fiel da casa dos arreios, fiel das cavaliças, moços da estribeira, cocheiros de 1ª 2ª e 3ª classes, trintanários, moços do ensino, moços da cocheira, moço da casa dos arreios, moço do seleiro, moço da casa dos fardamentos, moços das ordens, moços em diversos serviços, moços em serviços gerais • Guarda de arqueiros: tenente, escriurão, primeiro sargento, cabos, tambores, pifanos, praças efetivos, praças honorários
--	--

<ul style="list-style-type: none"> • Hospital: diretor, cirurgião, enfermeiro, enfermeiras, lavadeiras, cozinheiro e serventes • Imperial fazenda de Santa Cruz: superintendente, tesoureiro, escrivão, ajudante do escrivão, cirurgião, enfermeiro-mor e boticário, capelão, capelão das feitorias, campeiro-mor, ajudante do mesmo, administrador, ajudante do mesmo, encarregado das obras, administrador da feitoria do Bom Jardim, encarregado do paço, mestre da música, encarregado de hortas e jardins, fiel dos armazéns, cobrador, administrador da olaria e curtume, feitor-mor, encarregado dos animais da casa imperial, patrão da Barra 	<p>de Itaguaí e escaleres, guarda da ponte de Itaguaí, encarregado dos modelos delicados da olaria e diversas oficinas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Hiata Santa Cruz: mestre e contramestre • Fazenda de Petrópolis: superintendente, escrivão, ajudante do escrivão e fiel do Palácio Imperial, engenheiro, condutor, médico, intendente, escrivão, escriturário, administrador, jardineiro • Quinta do Caju: administrador, capelão da intendência, diretor dos jardins • Casa de S. M. a Imperatriz viúva Duqueza de Bragança: mordomo-mor, camareira-mor, dama honorária de S. M. a Imperatriz, damas em serviço por ordem de S. M. o Imperador e da Imperatriz viúva
---	---

Figura 1: Hierarquia e cargos na Corte e Casa Real

A cor dourada indica uma ligação mais estreita com o rei uma vez que se identifica com a luz do Sol e com Jesus Cristo, Rei dos Reis, além de demonstrar a inteligência divina; ou seja, o dourado transmite a utilidade ou a função de qualidade superior (Chevalier; Gheerbrant, 1996, p. 232- 671).

O *Mordomo-mor* (*major domus*), o maior da casa do rei, pela sua denominação e pelo fim da sua instituição, era um oficial que, principalmente, tinha à sua conta as despesas da Casa Real. O lugar superior cabe ao Mordomo-mor a quem estavam sujeitos os oficiais e criados. Na Casa Imperial tratava de todos os interesses do Imperador e de outras incumbências, conforme o Artigo 114, da Constituição. Tinha como insígnia uma cana na mão. A cana aplicava-se, em geral, à pessoa de muita força ou a algo notável (Machado Filho, 1970, p. 221).

Outras funções complementavam o serviço no Paço Imperial, conforme se pôde observar na Figura 1: as Damas camaristas, Aias, Açaфatas, Criadas moças, Moças de quarto, e outras. Com honras de oficiais menores, podem ser citados: Almoxarife da casa das obras dos paços; Encarregado das imperiais cozinhas e mantearias; Intendente da Imperial Quinta da Boa Vista, etc. Além desses oficiais, havia a repartição da Mordomia-mor na qual servia o Mordomo da Casa Imperial e a Mordomia. Durante o Segundo Reinado, o Conselheiro Paulo Barbosa da Silva foi Guarda-jóia, Porteiro da imperial câmara e Mordomo por longos anos. Essa repartição possuía muitos cargos e numeroso pessoal dos diversos serviços como: Escrivães, Escriturários, Arquivistas, Cirurgiões, Mestres, o pintor da imperial câmara, Advogado, e, ainda, o Almoxarifado, os criados particulares e os diversos empregados.

Iniciando uma análise mais detalhada, pode-se perceber que apenas dois gentis-homens e dois veadores, nomeados no início da década de 40, permanecem até a de 80, conforme mostra a Figura 2. Dois deles: o Conde de Baependi (mineiro, Marquês em 1843 e senador) e o Conde de Iguazu (parente do 2º Visconde de Barbacena, também mineiro, Conde em 1843), receberam seus respectivos títulos quase que concomitantemente à nomeação para os serviços de gentil-homem na Corte Imperial. Os outros dois serviçais: Fernando Dias Paes Leme (também tem parentesco com dois titulares: os Marqueses de Quixeramobim e de São João Marcos, o primeiro mineiro) e Paulo Fernandes Viana não foram titulados, mostrando que apenas o exercício do cargo de Veador já garantia uma posição bastante respeitável na hierarquia social do Império. Fernandes Viana também possuía o título de Conselheiro. Um outro nome também merece destaque: Luiz Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias). Ele serviu na Corte Imperial desde 1844, mas não foi possível acompanhar sua permanência, principalmente na década de 60, quando da Guerra do Paraguai.

ANO	CARGO	NOME
1844 a 1886	Gentil-homem da imperial câmara	Conde de Baependi
1844 a 1886	Gentil-homem da imperial câmara	Conde de Iguazu
1844 a 1889	Veador	Fernando Dias Paes Leme
1844 a 1889	Veador	Paulo Fernandes Viana

Figura 2: Pessoas nomeadas na década de 40, que mantiveram cargos no paço até a década de 80

Fonte: Arquivo Nacional, código 571, armário 04, livro 07.

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico

LAEMMERT, E. Biblioteca Nacional – **Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. dos autores, 1844-1889.

OBS.: – A listagem de nomes contida no Código 571 corresponde ao período entre 1840 e 1883. – Foram utilizados apenas os anos pares do almanaque acima referido.

A tendência das titulações, anteriores ou concomitantes às nomeações dos cargos, permanece entre aqueles que foram nomeados nas décadas de 50 e 60 e que continuam nomeados até a de 80, conforme se pode observar nas Figuras 3 e 4. Na década de 50, há um equilíbrio entre titulados, tal como ocorreu na de 40, e, mais uma vez, se encontra um mineiro, que se junta àqueles que entraram na década anterior: Antônio Paulino Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté em 1854 e Conselheiro de Estado em 1856), grande

articulador político do Império. Os outros dois titulares são: João Francisco Vieira Braga (Barão de Piratinim em 1854, Visconde em 1866 e Conde em 1885) e Francisco José da Rocha (Barão do Itamarati em 1854 e Visconde em 1874).

ANO	CARGO	NOME
1850 a 1882	Veador	Joaquim José de Siqueira
1852 a 1882	Gentil-homem da imperial câmara	Augusto Duque-Estrada Meier
1856 a 1882	Gentil-homem da imperial câmara	Visconde de Abaeté
1856 a 1882	Veador honorário	Visconde de Itamarati
1856 a 1886	Veador	Conde de Piratinim

Figura 3: Pessoas nomeadas na década de 50, que mantiveram cargos no paço até a década de 80

ANO	CARGO	NOME
1862 a 1882	Veador	João de Almeida Pereira Filho
1862 a 1884	Veador	Visconde de Monserrate
1864 a 1889	Ajudante de Campo de S. M. o Imperador e Gentil-homem da imperial câmara (a partir de 1880)	Visconde de Tamandaré
1868 a 1880	Veador	Felipe José Pereira Leal
1868 a 1882	Condecorados com honras de oficiais mores	Barão de Petrópolis
1868 a 1882	Veador	Barão do Amazonas
1868 a 1886	Veador	Visconde de Carapebus
1868 a 1889	Veador	José Machado Coelho de Castro

Figura 4: Pessoas nomeadas na década de 60, que mantiveram cargos no paço até a década de 80

Fonte: Arquivo Nacional, código 571, armário 04, livro 07.

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico

LAEMMERT, E. Biblioteca Nacional – **Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. dos autores, 1844-1889.

Já na década de 60, os nomes que permanecem até a de 80 apresentam características diferenciadas daquelas que foram percebidas nas décadas anteriores. Há um número maior de titulares entre eles, apesar de se manter a mesma tendência de uma titulação quase concomitante às nomeações. Contudo,

há um número maior de nomes vinculados a outros serviços diretamente relacionados ao Estado e não propriamente à pessoa do Imperador ou de sua família. São três Conselheiros: João de Almeida Pereira Filho em 1862 e dois titulares: Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos em 1874 (Barão de Monserrate em 1861 e Visconde em 1880) e Manoel de Valadão Pimentel em 1868 (Barão de Petrópolis em 1866, com grandeza em 1877). Além desses, outros três nomes estão relacionados às questões de segurança nacional, vinculados à Marinha ou ao Exército: Joaquim Marques Lisboa (Barão de Tamandaré em 1860, Visconde em 1884 e Marquês em 1888) era Vice-Almirante e Conselheiro de Guerra em 1864; Francisco Manoel Barroso (Barão do Amazonas em 1866) era Chefe de Esquadra em 1868 e Felipe José Pereira Leal, Capitão-tenente reformado. Esses exemplos demonstram uma aproximação de cargos importantes durante a Guerra do Paraguai, o convívio e os serviços prestados ao Imperador.

Uma mudança em relação ao intervalo entre as titulações e as nomeações dos cargos começa a ser sentida a partir da década de 70, conforme se pode observar na Figura 5.

ANO	CARGO	NOME
1870 a 1889	Veador	Barão de Penedo
1870 a 1889	Capelão-mor	Pedro Maria de Lacerda
1870, 1876 a 1889	Gentil-homem da imp. câmara	Visconde de Nogueira da Gama
1874 a 1880	Veador	Barão de Japurá
1874 a 1882	Veador	Augusto Tedim de Siqueira
1874 a 1886	Veador	Conde de Aljezur
1874 a 1886	Confessor de SS. MM. II.	Félix Maria de Freitas Albuquerque
1874 a 1886	Veador	Visconde de Nioac
1874 a 1889	Veador	Visconde de Tocantins
1876 a 1880	Veador	José Dias da Cruz Lima
1876 a 1886	Gentil-homem da imp. câmara	Visconde do Bom Retiro
1876 a 1889	Veador	Conde de Nova Friburgo 1889
1876 a 1889	Veador	Conde de São Clemente 1889

Figura 5: Pessoas nomeadas na década de 70, que mantiveram cargos no paço até a década de 80

Fonte: Arquivo Nacional, código 571, armário 04, livro 07.

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico

LAEMMERT, E. Biblioteca Nacional – **Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. dos autores, 1844-1889.

Dentre os nomes da década de 80, o número de titulares continua em vantagem significativa e alguns deles receberam seus respectivos títulos, vários anos antes das nomeações. Dentre eles podem ser citados: Francisco Inácio de Carvalho Moreira (Barão de Penedo em 1864), Luiz Pedreira do Couto Ferraz (Barão do Bom Retiro em 1867 e Visconde em 1884), Antônio Clemente Pinto (Barão de São Clemente em 1863, Conde em 1888, genro do Barão de Quaraim) e Nicolau Antônio Nogueira Vale da Gama, mineiro e sobrinho do Marquês de Baependi, que já se encontrava nos serviços da Corte Imperial desde a década de 40 e filho da Baronesa de São Mateus (Francisca Vale de Abreu e Melo). Nicolau (Barão de Nogueira da Gama em 1872 e Visconde em 1878) era casado com uma das filhas da Condessa de Itapagipe (Ana Romana de Aragão Calmon), cunhado do Barão de Itapagipe (Francisco Xavier Calmon da Silva Cabral), cujo filho recebeu o mesmo título do pai. O Barão e a Condessa de Itapagipe também serviam na Corte Imperial. O primeiro foi Conselheiro de Guerra, Marechal de Exército, Ajudante de Campo de Sua Majestade e Gentil-homem de sua imperial câmara; a segunda era Dama de Sua Majestade a Imperatriz (Laemmert, 1844 a 1889; Moya, 1939, p.196).

Esse último exemplo é um pouco atípico tendo em vista que Nicolau inicia seus serviços como Gentil-homem da imperial câmara em 1870, no mesmo ano em que é nomeado para o Conselho de Sua Majestade; há, em seguida, uma interrupção de seis anos e, logo depois, uma carreira contínua até a queda da Monarquia. Os demais titulares mantêm a tendência anterior, de nomeações quase concomitantes às titulações. Outra alteração em relação à década anterior é a diminuição de nomes relacionados a serviços estatais. Além do Visconde de Nogueira da Gama, Miguel Maria Lisboa (Barão de Japurá em 1873) também é do Conselho de Sua Majestade, e o Barão do Bom Retiro, já citado, era Conselheiro de Estado, ao mesmo tempo em que servia ao Imperador.

A década de 80 apresenta apenas dois nomes que se mantêm no serviço do paço até o final da Monarquia: Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo (Barão Homem de Melo em 1877) e Manoel Pinto de Souza Dantas (Conselheiro de Estado em 1880). Mas é importante frisar que as nomeações para cargos da Corte cessaram em 1884. Contudo, pode-se ter uma idéia melhor da relação de titulares e cargos por décadas, através da Figura 6. Através dela, é possível perceber a inversão entre titulados e não-titulados para as nomeações dos serviços do Paço Imperial, bastante sensível na década de 60 e aumentando, gradativamente, nas décadas seguintes.

Aliás, o final da década de 60 foge bastante do padrão seguido desde o início do Segundo Reinado no que se refere às concessões de titulações. De um modo geral, não se percebem grandes levas de concessões até 1854, ano em que o

número de barões, viscondes e marqueses já se encontra bem-reduzido, muito provavelmente, configurando o fim de uma primeira geração de titulados. As concessões, nesse sentido, ocorrem muito mais para recompor a nobreza. Seis anos depois, em 1860, inicia-se uma grande leva de títulos sem grandeza, principalmente, de barões. Essa, inclusive, é uma constante nas concessões; as maiores movimentações começam nos níveis mais baixos da nobreza, entre os barões sem grandeza, que, gradativamente, são elevados a barões com grandeza. A maioria dessas concessões é para coronéis que se declaram como tais. Mas, no geral, somente alguns casos ascendem logo para visconde (com ou sem grandeza); mas os níveis mais elevados, como os condes e marqueses, raramente, sofrem inclusões em massa (Fig. 6).

Outra intervenção mais significativa se dá em 1866 e nos anos subsequentes, quando as honras de grandeza são concedidas muito mais rapidamente que em períodos anteriores, muito provavelmente, como uma recompensa pelo esforço e pela fidelidade ao Império em meio à Guerra do Paraguai. Novamente, num espaço de seis anos, em 1872, começa uma leva de concessões, em nível de barões e viscondes, no sentido de expandir as titulações até províncias antes pouco contempladas. Contudo, os dois escalões mais altos permanecem inalterados a ponto de, em 1880, haver o Duque de Caxias (que falece em maio de 1880) e nenhum marquês, apesar de suas casas continuarem representadas pelas respectivas viúvas. O número de condes também é bem inexpressivo: apenas dois. É, nessa década, também, que se percebe um aumento significativo de títulos para os mineiros e uma grande leva de ascensões para viscondes com grandeza, nomes em sua maioria vinculados aos primeiros escalões do governo. Os marqueses e os condes somente voltam a ser nomeados a partir de 1888 (Rheingantz, 1960).⁹

Portanto, as flutuações percebidas entre titulares e não-titulares para os serviços da Corte Imperial, muito provavelmente, estão ligadas à política de concessão de títulos de nobreza, ou seja, a partir do momento em que há uma nobreza já estabelecida até o final da década de 50, e esse número não é tão alto e há um equilíbrio. Evidentemente, quando esse número tende a se alterar e a aumentar gradativamente, principalmente no final da década de 60, há uma tensão maior e uma maior competitividade para se diferenciar dentro dos níveis da nobreza. Torna-se mais constante uma tendência a almejar um patamar cada vez mais elevado e o mais próximo possível do Imperador, inclusive com vistas a uma estabilidade na posição de deferimento e de honra já conquistados. Abre-se um espaço que cada vez se torna menor para aqueles que não possuem titulação, muito embora essa não fosse uma exigência determinante.

40 Titulados = 33 Não-titulados = 77	BARÕES = 07	Gentil-homem = 03 Veador = 03 Veador honorário = 01
	VISCONDES = 11	Gentil-homem = 07 Veador = 03 Veador honorário = 01
	CONDES = 07	Gentil-homem = 05 Veador = 01 Veador honorário = 01
	MARQUESES = 08	Gentil-homem = 06 (entre eles 1 era também estribeiro e outro, reposteiro) Capitão da imperial guarda de arqueiros = 01 Veador honorário = 01
50 Titulados = 14 Não-titulados = 35	BARÕES = 06	Ajudante de campo = 01 Veador = 03 Veador honorário = 02
	VISCONDES = 07	Gentil-homem = 03 Veador = 03 Veador honorário = 01
	CONDES = 01	Veador = 01
60 Titulados = 14 Não-titulados = 11	BARÕES = 13	Ajudante de campo = 01 Veador = 10 Condecorados com honras = 02
	CONDES = 01	Vice Capelão-mor = 01
	BARÕES = 05	Gentil-homem = 01 Veador = 04
	VISCONDES = 05	Gentil-homem = 01 Veador = 04
	CONDES = 01	Veador = 01
70 Titulados = 11 Não-titulados = 5	BARÕES = 13	Gentil-homem = 01 Veador = 04
	VISCONDES = 07	Gentil-homem = 01 Veador = 04
	CONDES = 04	Veador = 01
80 Titulados = 40 Não-titulados = 27	BARÕES = 13	Gentil-homem = 02 Veador = 11
	VISCONDES = 07	Gentil-homem = 02 Veador = 05
	CONDES = 04	Gentil-homem = 03 Veador = 01
	MARQUESES = 05	Gentil-homem = 03 Veador = 01

Figura 6: Relação de titulares e cargos por década

Fonte: Arquivo Nacional, código 571, armário 04, livro 07.

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico

LAEMMERT, E. Biblioteca Nacional – **Almanak Administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. dos autores, 1844-1889.

Muito pelo contrário, no Parlamento brasileiro, discutia-se a concessão de títulos e as eventuais recusas nos casos em que os gentis-homens, considerados como Condes, recebiam títulos inferiores. Seguindo as práticas de concessão da Coroa portuguesa, era inconcebível titular um gentil-homem com um título de Barão, como foi o caso dos baronatos de São Gabriel e de Barra Grande. Aliás, as concessões e o aceite das mesmas podem ser encarados como uma ruptura em relação ao cerimonial português de graças honoríficas, introduzindo-se uma prática diversa e totalmente alheia a uma regra fixa.¹⁰

Mas outro ponto importante é a questão do acúmulo e da circularidade entre os cargos da Corte. De um modo geral, os nomes que apresentam ascensão, passando de Veador para Gentil-homem, são poucos em relação ao total das nomeações. Além disso, não mostram uma regra fixa quanto ao tempo de exercício exigido para que houvesse ascensão, como se pode depreender da Figura 7, logo a seguir. O fato que chama a atenção é o baixo número de titulados. Novamente, destacam-se o Visconde de Nogueira da Gama, o qual já foi referido, e Olegário Herculano de Aquino e Castro, que presidiu Minas Gerais, e que era do Conselho de Sua Majestade, Desembargador em 1882 e Conselheiro e Ministro do Supremo Tribunal de Justiça em 1889 (Blake, 1893, p. 326). Além deles, José Manoel Carlos de Gusmão, nascido no Rio de Janeiro, também tinha algumas relações em Minas Gerais, tendo sido Comandante de Armas dessa província (Oliveira, 1945, p. 292). Outros conselheiros, além do já citado Visconde do Bom Retiro, eram: Antônio Henriques de Miranda Rago (em 1856), Joaquim Raimundo de Lamare (em 1866 e Visconde de Lamare apenas em 1888) e José Joaquim de Siqueira (em 1876).

Apenas dois nomes apresentaram um movimento inverso, passando de Gentil-homem da imperial câmara para Veador ou para Gentil-homem honorário, foram eles: José Caetano de Andrade Pinto, Conselheiro de Estado e Desembargador em 1882, ano em que houve a troca de cargo; Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (Barão de Vergueiro em 1879 e Visconde em 1881) que passou a ser Gentil-homem honorário, cargo mantido apenas até 1858.

Além desses casos, havia aqueles que denotavam acúmulo em dois e até em três cargos, como se pode ver através das Figuras 8 e 9, logo a seguir. O caso específico do Duque de Caxias, como já foi colocado acima, não aparece entre aqueles que permaneceram servindo ao Imperador na Corte até a década de 80, tendo em vista alguns anos de ausência na década de 60. Mas ele também possui estreitas ligações com mineiros ilustres. Uma das filhas de Caxias era cunhada do já citado Marquês de Baependi e, portanto, nora do Barão de Juparanã que também era sogro de uma das filhas dos Barões de São Salvador de Campos (da família Carneiro Leão) (Moya, 1939, p. 85).

ANO	CARGO	NOME
1856 a 1878 1880 a 1886	Veador Gentil-homem da imperial câmara	Antônio Henriques de Miranda Rago
1880 a 1886 1889	Veador Gentil-homem da imperial câmara	Antônio Martins Pinheiro
1846 a 1850 1852 a 1882	Veador Gentil-homem da imperial câmara	Augusto Duque-Estrada Meier
1884 a 1886 1889	Veador Gentil-homem da imperial câmara	Barão de Mamoré
1856 a 1878 1880 a 1882	Veador Gentil-homem	Cândido Rodrigues Ferreira
1850 a 1854 1856 a 1870	Veador Gentil-homem da imperial câmara	Jerônimo Martins de Almeida
1866 a 1878 1880 a 1886	Veador Gentil-homem da imperial câmara	Joaquim Raimundo de Lamare
1850 1852 a 1876	Veador Gentil-homem da imperial câmara	José Joaquim de Siqueira
1845 a 1854 1856 a 1858	Veador Gentil-homem da imperial câmara	José Manoel Carlos de Gusmão
1868 a 1878 1880	Veador Gentil-homem da imperial câmara	Luiz Joaquim de Gouvêa
1850 a 1854 1856 a 1872	Veador Gentil-homem da imperial câmara	Visconde de Nogueira da Gama
1882 a 1886 1889	Veador Gentil-homem da imperial câmara	Olegário Herculano de Aquino e Castro
1868 a 1874 1876 a 1886	Veador Gentil-homem da imperial câmara	Visconde do Bom Retiro

Figura 7: Pessoas com progressão positiva de cargos

Fonte: Arquivo Nacional, código 571, armário 04, livro 07.

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico

LAEMMERT, E. Biblioteca Nacional – **Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. dos autores, 1844-1889.

Os demais nomes, no caso de acúmulos de dois cargos, são todos titulados e alcançam os níveis mais elevados da nobreza. Dentre esses que tiveram dois cargos e que se mantiveram por mais de uma década nomeados para os serviços diretamente relacionados ao Imperador, encontram-se outros vínculos com casas titulares mineiras, como é o caso do Marquês de São João Marcos, filho do também Marquês de Quexeramobi, Pedro Dias Paes Leme, mineiro. Aliás, outros dois Paes Leme servem na Corte Imperial: Fernando Dias Paes Leme e Pedro Dias Gordilho Paes Leme. O Marquês de Itanhaém, Manoel Inácio de Andrade Souto Maior Pinto Coelho, é outro aparentado de uma ilustre família mineira, cujo representante mais ilustre foi outro servidor da Corte, Barão de Cocais, José Feliciano Pinto Coelho da Cunha. José Feliciano foi destituído do cargo de Veador honorário em 1842, ano em que liderou a Revolução Liberal em Minas Gerais, e logo renomeado em 1848; foi um político atuante nas Assembléias Provincial e Geral, representando sua província natal (Veiga, 1897, p. 74-77).

Novamente, na Figura 9, dentre aqueles que chegam a passar por três cargos, refez-se o círculo, envolvendo casas mineiras, como é o caso do Barão de Itapagipe, já citado anteriormente, e de seu filho e de Paulo Barbosa da Silva, eleito como representante na Assembléia Geral por Minas

ANO	CARGO	NOME
1844 a 1880	Veador	Duque de Caxias
1850 a 1880	Ajudante de Campo de S. M. o Imperador	
1848 a 1852	Capitão da imperial guarda de arqueiros	Marquês de Cantagalo
1844 a 1852	Gentil-homem da imperial câmara	
1844 a 1866	Estribeiro-mor	Marquês de Itanhaém
1844 a 1866	Gentil-homem da imperial câmara	
1844 a 1868	Gentil-homem da imperial câmara	Marquês de São João Marcos
1846 a 1868	Reposteiro-mor	
1862 a 1878	Veador	Visconde de Tamandaré (1866)
1864 a 1889	Ajudante de Campo de S. M. o Imperador	

Figura 8: Acumulação de dois cargos por uma pessoa

Fonte: Arquivo Nacional, código 571, armário 04, livro 07.

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico

LAEMMERT, E. Biblioteca Nacional – **Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. dos autores, 1844-1889.

ANO	CARGO	NOME
1868 a 1876 1868 a 1876 1889	Ajudante de Campo de S. M. o Imperador Gentil-homem da imperial câmara Veador	Barão de Itapagipe
1844 a 1850 1850 a 1866 1852 a 1866	Veador Ajudante de Campo de S. M. o Imperador Gentil-homem da imperial câmara	Francisco Xavier Calmon da Silva Cabral (filho do Barão de Itapagipe)
1844 a 1860 1858 a 1860 1848 a 1850	Veador Condecorados com honras de Capitão da imperial guarda de arqueiros Mordomo, guarda-jóias e porteiro da imperial câmara (interino)	José Maria Velho da Silva
1844 a 1866 1844 a 1866 1856 a 1866	Mordomo, guarda-jóias e porteiro da imperial câmara Condecorados com honras de Oficiais mores Gentil-homem da imperial câmara	Paulo Barbosa da Silva

Figura 9: Pessoas nomeadas para três cargos que apresentam acúmulo em dois cargos

Fonte: Arquivo Nacional, código 571, armário 04, livro 07.

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico

LAEMMERT, E. Biblioteca Nacional – **Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. dos autores, 1844-1889.

Gerais em 1845, que permaneceu no cargo de Mordomo, um dos mais importantes da Corte, até sua morte, em 1868 (Veiga, 1897, p. 105-106; Silveira, 1926, p. 455).

O pequeno número de nomes que concentram cargos na Corte Imperial demonstra não apenas a formação de uma pequena elite de confiança e bem próxima ao Imperador, como também, revela uma dinâmica de circularidade entre os nomeados, conforme se pode observar na Figura 10. Essa circularidade ocorria por simples troca de pessoal ou por falecimento do nomeado. Assim, tem-se, dentre aqueles que são nomeados na década de 40, um total de 109 nomes, sendo que, de 92 se obteve informações precisas sobre o tempo de permanência no respectivo cargo. Desses, 66, cerca de 60,5%, mantêm-se durante a referida década, e somente 28,4% permanecem na década seguinte, número esse que vai diminuindo gradativamente nas décadas seguintes: 17,4% em 60; 10% em 70 e 4,5% em 80.

Na década de 50, são nomeados mais 52 serviçais, praticamente metade dos que foram nomeados na década anterior. Esse número permanece inferior, mesmo somando-se a Corte que se mantém a mesma dos anos 40; isto é, somando-se os 52 nomeados com os 28,4% da década de 40, o total de serviçais é inferior em cerca de 25% àquele que deu início à Corte do Segundo Reinado.

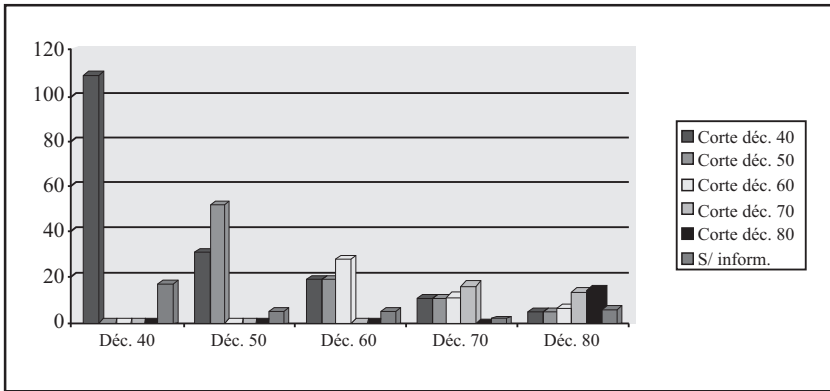


Figura 10: Circularidade de pessoas nomeadas para cargos da corte

Fonte: Arquivo Nacional, código 571, armário 04, livro 07.

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico

LAEMMERT, E. Biblioteca Nacional – **Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. dos autores, 1844-1889.

Do total que ingressou nos anos 50, 36,5% permanecem em 60, 21% em 70 e 9,6% em 80. Na década de 60, a tendência em diminuir a Corte Imperial se torna bastante significativa, principalmente porque, nesses anos, verifica-se a extinção de vários cargos, já comentados anteriormente. Em virtude disso, apenas 28 pessoas foram nomeadas, praticamente 45% menos do que na década de 50 e, somando-se os remanescentes das décadas anteriores, a Corte apresenta uma perda de quase 40% em relação àquela formada na década de 40. Dos 28 nomes dos anos 60, 42,8% continuam nomeados na década seguinte, e 25% chegam à última década da monarquia.

Nos anos 70, 17 serviços são nomeados, o que representa uma perda de 40% dos nomeados nos anos 60, 70% dos nomeados nos anos 50 e 85% da Corte dos anos 40. Somando-se os remanescentes das décadas anteriores, ter-se-á um total de 50 serviços (25% menos do que a década de 60, 40% menos do que na de 50 e 55% menos do que na de 40). Contudo, 82,3% dos nomeados nos anos 70 continuam nos serviços da Corte nos anos 80. A esses somam-se outros 15, mantendo o número baixo de nomeações da década anterior, lembrando que as nomeações ocorrem até o ano de 1884.

De um modo geral, a permanência nos cargos da Corte Imperial era de até dez anos ou menos, conforme mostra a Figura 11. Ou seja, do total de nomeados, 67,2% servem diretamente ao Imperador por dez anos ou menos; 16,5% servem por mais de dez anos; 12,5% servem por mais de duas décadas; 2,2% servem por mais de 30 anos e apenas 1,4% acompanham o Imperador

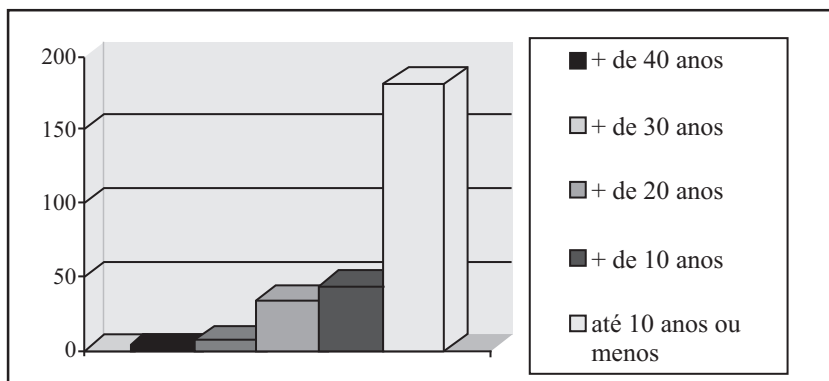


Figura 11: Permanência nos cargos da corte

Fonte: Arquivo Nacional, código 571, armário 04, livro 07.

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico

LAEMMERT, E. Biblioteca Nacional – *Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. dos autores, 1844-1889.

nos serviços pelas quase cinco décadas da monarquia. O mais significativo é que 75% desses nomes possuem relações familiares com ou são mineiros.

É importante frisar que todas as pessoas que ocupavam esses cargos passavam por uma apurada investigação. Todos deveriam ter noção da honra em servir em determinado cargo e se comportar de acordo com tal exercício, uma vez que teriam contato direto com o monarca e com sua família. Segundo J. W. Rodrigues, “os ofícios da Casa Real que estão chegados ao Príncipe e assistem em particular ao seu serviço, gozam de nobreza”¹¹ (Rodrigues, 1950, p. 29). Exatamente por isso, encontram-se mais próximos do maior símbolo de poder do Império: o próprio Imperador. Pela tradição portuguesa, dava-se grande importância ao sangue para a concessão de um título de cavaleiro, como é o caso de Agostinho Rien Picci, Oficial menor da Casa Imperial. Era necessário fazer uma série de investigações sobre a ascendência do candidato, incluindo testemunhas que pudessem confirmar os dados apurados. É essa limpeza da ascendência ou a pureza de sangue que define a honra de um cavaleiro e se torna, ao mesmo tempo, mais uma peça na luta pelo poder entre nobres (Mello, 1989).¹² De acordo com as Ordenações Manuelinas, eram fidalgos aqueles que receberam essa honra por feito de arma notável. Já nas Ordenações Afonsinas, configuravam-se em criados enquanto não tinham idade para o exercício das armas.¹³ No caso do Segundo Reinado, correspondem aos Moços Fidalgos, cujo caráter denota esforço, valentia e brio.¹⁴

No caso brasileiro, há uma prática que destoa da prática portuguesa. De acordo com a Constituição brasileira, cabe ao chefe de Estado (Imperador)

a atribuição de conceder títulos, honras, ordens militares e distinções em recompensa a serviços feitos ao Estado.¹⁵ Portanto, “não há regras fixas, legalmente estabelecidas [...] e tem por isso dependido principalmente da Imperial Munificiência do Soberano, que atende mais a quem os merece, que a quem os requer” (Maia, 1846, p. 57). Fato que só vem aguçá-lo, ainda mais, a possibilidade de premiações e punições, fazendo com que, mesmo sem regras fixas, haja uma conduta e um comportamento que merecerão a *Imperial Munificiência do Soberano*. São, na prática, as regras da honra e da etiqueta que irão determinar as hierarquias, com suas ascensões ou degradações, com uma base fixada nos padrões exigidos a tal concessão de mercê.¹⁶

Portanto, o título era deferido mediante decreto imperial, mas a investidura carecia ainda do pagamento de um tributo. Após o recebimento de uma guia, era emitida a carta de mercê que tornava o título legal (Maia, 1846, p. 56). Evidentemente, que esse tributo não ficava restrito apenas ao pagamento de um selo para o uso legal de um título. O deferimento por parte do Imperador, muitas vezes, era incentivado por doações vultosas para as causas públicas e eram lembradas em listas elaboradas pelos presidentes de províncias e discutidas pelo próprio Imperador e por seu ministério.¹⁷

Em resumo: as tensões provenientes da luta contínua por uma mercê com todas as implicações econômicas que possuía não ficavam diluídas em regras de honra e de etiqueta. Havia um nível visível da demonstração da honra e do lugar social ocupado. Uma vez nomeadas cada uma dessas pessoas ocupava uma posição determinada nos cerimoniais imperiais. Essas cerimônias podem ser entendidas como “um tipo de ritual particular – um conjunto de procedimentos inscrevendo-se num universo simbólico circunscrito, cuja realização tem lugar em tempos e espaços preestabelecidos, por ação de pessoas escolhidas” (Gomes, 1995, p. 297). O que aproxima rito e cerimônia é o caráter rememorativo que, no caso de uma monarquia, tem o papel de uma ação pedagógica, refletindo sobre a realidade. As cerimônias, portanto, têm o objetivo de tornar o mais claro possível a natureza da realeza e a relação que se estabelece entre o monarca e seu reino, indo muito além da idéia de um simples teatro, uma vez que não imita o acontecimento. A cerimônia é o acontecimento. “A ação ritual é o objeto próprio da cerimônia, a sua eficácia e o seu fim” (Gomes, 1995, p. 297). É, nesse contexto, que os cargos do Paço Imperial devem ser compreendidos.

Notas

¹ O autor percebe a convivência da sociedade de estamento e da sociedade de classes. A primeira seria composta pelos titulares, e a segunda, pelos banqueiros, comerciantes e fazendeiros.

² No sentido de propor uma melhor apreensão da moral ibérica, o autor apenas a menciona em relação àqueles que se recusam a ganhar um título. Contudo, não usa a mesma filosofia para explicar o ressentimento de alguns membros da nobreza que não obtêm reconhecimento social. O autor permanece preso à origem econômica dos titulados e não dá qualquer atenção aos significados, tanto moral quanto afetivo, que as diferenciações dentro da própria nobreza acarretam.

³ É nesse sentido que o autor chama a atenção para os hábitos que se acham demasiadamente arraigados na consciência de cada um de nós. O autor sugere o conceito de *habitus*, posteriormente desenvolvido por Bourdieu.

⁴ É importante ressaltar o uso da obra de José W. Rodrigues e da importância que a mesma tem no que se refere a fardas do período imperial. Ele possui uma obra de fôlego sobre uniformes do Exército, incluindo um álbum contendo desenhos dos uniformes do Exército Brasileiro de 1730 a 1889. É ao lado de Gustavo Barroso, co-autor em uma de suas obras, o nome mais prestigiado desse tema específico. No que tange aos fardamentos da Corte e da Casa Imperial, foi o único encontrado até o momento da pesquisa.

⁵ A consulta foi feita apenas nos anos pares.

⁶ HESPANHA, Antônio Manuel. *Arquitetura político-administrativa de um império oceânico*. O texto se encontra no site <http://www.ceveh.com.br/biblioteca/revistas/indice.htm>.

⁷ ARQUIVO NACIONAL (AN). Código 571, armário 4, livro 7.

⁸ A consulta foi feita a partir dos nomes que correspondem à Corte entre os anos de 1844 a 1889 e às notícias necrológicas do mesmo Almanaque.

⁹ Essas conclusões foram tiradas de pesquisas no Almanak Laermert nos anos de 1844 e 1889, acompanhando as concessões de titulação, e confirmadas na obra de RHEINGANTZ, Carlos G. **Titulares do Império**. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores/Arquivo Nacional, 1960. Nessa obra, foi possível confirmar as datas das concessões e perceber as flutuações já referidas.

¹⁰ Esse debate sobre a recusa dos títulos acima referidos encontra-se nos **Anais do Parlamento brasileiro – Câmara dos Srs. Deputados**. Sessão de 1841, p. 405. Sobre outras recusas ver CUNHA, Rui Vieira da. *Figuras e fatos da nobreza brasileira*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975, p. 13-52.

¹¹ Sobre definição de nobreza, ver MACHADO FILHO, 1970, p. 757-758, define: “qualidade de nobre, fidalguia; classe dos nobres; magnanimidade”. E, sobre o que é ser nobre: muito conhecido; notável; célebre; que é de descendência ilustre; majestoso; generoso; elevado; sublime; relativo à classe dos que pertencem a raças ilustres; que tem títulos nobiliárquicos.”

¹² Nesse livro, o autor trabalha com o rigoroso processo para concessão de títulos de cavaleiros da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, onde até a metade do século XVIII, era exigida uma investigação apurada para distinguir os cristãos

velhos dos cristãos novos para efeito de acesso a cargos públicos e de concessão de honrarias e de outros prêmios com que a Coroa costumava compensar seus súditos.

¹³ **Ordenações Afonsinas.** Livro 4, título 26.

¹⁴ SILVA (*Fac-simile* da 2ª edição de 1813), v. I, p. 365 e edição de 1848, v. I, p. 430.

¹⁵ **Constituição do Brasil.** Artigo 102, Parágrafo 11.

¹⁶ Nesse sentido, vale a pena ver BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio – França e Inglaterra.** São Paulo: Cia. das Letras, 1993, principalmente, os Capítulos 5 e 6, quando é colocado o declínio dos ritos de cura das escrófulas e do esforço dos reis em alimentar o rito como um todo.

¹⁷ Exemplos de doação para a causa pública podem ser conferidas no INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (IHGB), Coleção IHGB, Lata 328, doc. 39, doc. 38, 41, 46; Lata 354, doc. 5, pasta 61; Lata 350, pasta 87. Ver também PANG, Eul-Soo, op. cit., Part III: p. 161-187. Sobre as discussões entre o Imperador e os Ministros a respeito de nomeações ver **Diário do Imperador**, ano de 1862. Sobre os tributos o Almanak

Laemmert de 1871, em seu Suplemento: Novo regulamento do selo, p. 5-8, traz o novo regulamento, conforme decreto n. 4505, de 1871. Título II: Do selo fixo. Capítulo I: Dos Papéis sujeitos ao selo fixo. Artigo 13: Estão sujeitos ao selo fixo os papéis, livros e títulos compreendidos nas seguintes classes: 1ª classe: papéis que pagam segundo o número de folhas; 2ª classe: papéis que pagam na razão da qualidade do ato. Parágrafo 6º: Títulos e Tratamentos: Cartas de Mercê do título de Duque (1:000\$000); Marquês (800\$000); Conde, Visconde ou Barão com grandeza (600\$000); Visconde (400\$000); Barão, Mercês com honras de grandeza e tratamento de Excelência (300\$000); Títulos do Conselho e tratamento de senhoria (150\$000); Parágrafo 7º: Nobreza e Brasão: Alvará de Mercê de Fidalgo Cavaleiro, Moço Fidalgo com exercício (200\$000); Fidalgo Escudeiro ou Moço Fidalgo (140\$000); Cavaleiro Fidalgo ou Escudeiro Fidalgo (80\$000), Brasão de Armas (70\$000). Para os Ofícios da Casa Imperial os valores variavam de 500\$000 e 20\$000, e as condecorações entre 500\$000 a 120\$000. Quase todos os demais títulos, correspondentes a cada cargo do Império são considerados mercês, como por exemplo: Ministro do Supremo Tribunal, Desem-bargador, Monsenhor, Cônego, e assim também como as graduações e postos do Exército.

Referências bibliográficas

Parlamento brasileiro – Câmara dos Srs. Deputados. Sessão de 1841. **Anais.**

ARQUIVO NACIONAL (AN). Código 571, armário 4, livro 7.

BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro.* v. VI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio – França e Inglaterra.* São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos* (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números). 10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996.

- Constituição do Brasil. Artigo 102, Parágrafo 11.
- CUNHA, Rui Vieira da. *Figuras e fatos da nobreza brasileira*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975.
- Diário do Imperador, ano de 1862.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Lisboa: Estampa, 1987.
- FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. 3. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1988.
- FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; BICALHO, Maria Fernanda Batista. *Bases da Materialidade e da governabilidade no Império: uma leitura do Brasil colonial*. Lisboa: Penélope, 2000.
- GOMES, Rita Costa. *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Difel, 1995.
- HESPANHA, Antônio Manuel. *Arquitetura político-administrativa de um império oceânico*. O texto se encontra no site HYPERLINK “<http://www.ceveh.com.br/biblioteca/revistas/indice.htm>” <http://www.ceveh.com.br/biblioteca/revistas/indice.htm>.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (IHGB), Coleção IHGB, Lata 328, doc. 39, doc. 38, 41, 46; Lata 354, doc. 5, pasta 61; Lata 350, pasta 87.
- LAEMMERT, E. *Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. dos autores, 1844-1889.
- LIVEIRA, Otávia Corrêa dos. Arqueiros do Paço. In: *Museu Histórico Nacional*. v. VI. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945. Anais.
- MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Dicionário ilustrado (Centro de Publicações Culturais)*, v. I. São Paulo: Gráfica Urupês, 1970.
- MAIA, José Antônio da Silva. *Apontamentos de legislação para uso dos procuradores da Coroa e da Fazenda nacional*. Rio de Janeiro: 1846.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O nome e o sangue: uma fraude genealógica no Pernambuco colonial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- MOYA, Salvador de. *Anuário genealógico brasileiro*. Ano III. São Paulo: s/ed., 1939.
- Ordenações Afonsinas*. Livro 4, título 26.
- PANG, Eul-Soo. *In pursuit of honor and power: noblemen of the southern cross in nineteenth-century Brazil*. Tuscaloosa/London: The University of Alabama Press, 1988.
- RHEINGANTZ, Carlos G. *Titulares do Império*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores/Arquivo Nacional, 1960.
- RODRIGUES, José Watsh. Fardas do Reino Unido e do Império. In: ANUÁRIO DO MUSEU IMPERIAL. Petrópolis: Ministério da Educação e Saúde, 1950.
- SILVEIRA, Victor (Org.). *Minas Gerais em 1825*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.

VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras (1664-1897)*. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1897.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, Antônio Manuel. As redes clientelares. In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal: o antigo regime*. Lisboa: Estampa, 1993.

